

SÃO PAULO OBRAS

GABINETE DO PRESIDENTE

DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO

Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 54.873, de 25 de fevereiro de 2014, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta, Autarquias e Fundações de Direito Público, bem como a forma de recebimento dos objetos contratuais; resolvo designar o gestor e fiscal, responsável pelo acompanhamento, fiscalização, avaliação e ateste da execução do contrato sob gestão da São Paulo Obras – SPObras, conforme abaixo:

Contrato nº 140/SIURB/2019
Processo SEI nº 7910.2019/0000948-6
Contratada: Weber Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda.
Objeto: Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória - Av. Santo Amaro.
Gestor do Contrato: Luiz Carlos Lustre - prontuário nº 020035-2
Fiscal do Contrato: Andrea Franklin Silva Vieira - prontuário nº 000274-7

Contrato nº 106/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000766-3
Contratada: Weber Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda.
Objeto: Realização de Estudos Ambientais e Investigação Detalhada Complementar - Largo de Pinheiros nº 111 - Auto Posto Biriba Ltda - Programa de Revitalização do Largo da Batata - OUCFL.

Gestor do Contrato: Luiz Carlos Lustre - prontuário nº 020035-2
Fiscal do Contrato: Andrea Franklin Silva Vieira - prontuário nº 000274-7

Contrato nº 061/SIURB/2020
Processo SEI nº 7910.2020/0000761-2
Contratada: Consórcio INSP- PONTES I
Objeto: Elaboração de Inspeções Especiais - Lote 1 - Concorrência nº 004/19/SIURB
Gestor do Contrato: Luiz Carlos Lustre - prontuário nº 020035-2
Fiscal do Contrato: José Eduardo Salvatto - prontuário nº 000306-9

Contrato nº 143/SIURB/2019
Processo SEI nº 7910.2019/0000951-6
Contratada: Weber Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda.
Objeto: Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória - Av. Santo Amaro.
Gestor do Contrato: Luiz Carlos Lustre - prontuário nº 020035-2
Fiscal do Contrato: Andrea Franklin Silva Vieira - prontuário nº 000274-7

Contrato nº 114/SIURB/2019
Processo SEI nº 7910.2019/0000175-2
Contratada: Consórcio Ciclopinheiros Fares-Ambiente Brasil
Objeto: Projeto da Ciclopassearela Bernardo Goldfarb - Pinheiros / Butantã.
Gestor do Contrato: Luiz Carlos Lustre - prontuário nº 020035-2
Fiscal do Contrato: Antonia Ribeiro Guglielmi - prontuário nº 000173-2 e Andrea Franklin Silva Vieira - prontuário nº 000274-7

Contrato nº 142/SIURB/2019
Processo SEI nº 7910.2019/0000947-8
Contratada: Weber Consultoria e Engenharia Ambiental Ltda.
Objeto: Avaliação Preliminar e Investigação Confirmatória - Av. Santo Amaro.
Gestor do Contrato: Luiz Carlos Lustre - prontuário nº 020035-2
Fiscal do Contrato: Andrea Franklin Silva Vieira - prontuário nº 000274-7

SÃO PAULO TRANSPORTE

GABINETE DO PRESIDENTE

A São Paulo Transporte S.A. - SPTrans, homologa a empresa PRODATA MOBILITY BRASIL S/A., CNPJ: 05.535.694/0001-85, informando que esta submeteu seus produtos (Equipamentos Eletrônicos Embarcados) aos testes realizados pelos Laboratórios de Testes Designados (LTD), e recebeu o Certificado de Conformidade nº TUV 27115923 Rev.2, emitido pelo Organismo de Certificação Designado (OCD) TUV Rheinland Brasil, comprovando estar apta para instalar seus equipamentos nos ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo.

A São Paulo Transporte S.A. - SPTrans, homologa a empresa ETRABRAS MOBILIDADE E ENERGIA LTDA., CNPJ: 17.199.462/0001-82, informando que esta submeteu seus produtos (Equipamentos Eletrônicos Embarcados) aos testes realizados pelos Laboratórios de Testes Designados (LTD), e recebeu o Certificado de Conformidade nº TUV 27120109-1, emitido pelo Organismo de Certificação Designado (OCD) TUV Rheinland Brasil, comprovando estar apta para instalar seus equipamentos nos ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo.

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO

GABINETE DO PRESIDENTE

Senhores acionistas, A Administração da Companhia Paulista de Securitização - SP Securitização ("Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas e ao público em geral o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia teve sua criação autorizada pela Lei Municipal nº 15.406, de 8 de julho de 2011 ("Lei Autorizativa"), tendo sido constituída no dia 15 de agosto de 2011, pela Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária, e pela Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA. A Companhia é uma sociedade integrante da administração indireta do Município de São Paulo, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura da Cidade de São Paulo ("SP" e "PMSP") e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município de São Paulo, originários de

COMPANHIA PAULISTANA DE SECURITIZAÇÃO - SP SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 14.693.925/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implantação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, com lastro nos referidos direitos creditórios. **1. Resultado financeiro do exercício:** Tendo em vista a fase pré-operacional na qual a companhia se encontra não foram auferidas receitas operacionais. Contudo, a Companhia auferiu, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 1.447,42 (R\$ 6.099,68 em 2019), referente aos rendimentos de aplicações financeiras em fundo de renda fixa. A diferença entre os rendimentos dos exercícios de 2020 e 2019 decorre da redução do saldo de caixa da Companhia local na referidas aplicações financeiras de renda fixa. As despesas da SP Securitização no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 51.210,58, referentes essencialmente a assessoria contábil (R\$ 38.996,28), serviços de auditoria independente (R\$ 6.000,00), isto posto, a administração da Companhia anula o prejuízo de R\$

49.843,84 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 56.066,87 em 2019). **II. Perspectivas:** No exercício social de 2020, a administração da Companhia se mantém atenta ao mercado e à atividade legislativa acerca do tema securitização de recebíveis em entes públicos. Com relação à implantação da operação, é necessária a manutenção da autorização da acionista majoritária da Companhia para o seu prosseguimento. A Companhia já conta com a autorização do Tribunal de Contas do Município - TCM para a realização do processo licitatório para contratação da prestação de serviços técnicos especializados de assessoria financeira para a estruturação, registro e distribuição pública junto ao mercado de capitais, de debêntures com garantia real, que terão como garantia o fluxo financeiro oriundo do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI e estruturação, registro e distribuição pública ou privada de debêntures subordinadas. Por outro lado, aguarda-se a tramitação no Conselho Nacional do PLS 204/2016, convertido no PLP 459/2017, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos

COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

GABINETE DO PRESIDENTE

COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – SPDA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 30 de abril de 2021, às 11 horas, na Rua Libero Badaró, nº 190, 5º Andar, Centro, São Paulo/SP, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Item 1 - Exame, discussão e aprovação das Contas dos Administradores e das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
 - Item 2 - Exame e aprovação do Relatório de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
 - Item 3 - Exame e aprovação da Proposta de Destinação do Lucro Líquido relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
 - Item 4 - Eleição dos membros do Conselho de Administração com mandato unificado de dois anos a contar da data da eleição;
 - Item 5 - Eleição do Presidente do Conselho de Administração pelo mesmo prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração;
 - Item 6 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal, com prazo de mandato até a assembleia geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social de 2021.
- São Paulo, em 20 de abril de 2021.
 Guilherme Bueno de Camargo
 Presidente do Conselho de Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em reais)			
	2020	2019	
Ativo	27.759,18	78.829,44	
Ativo Circulante	27.477,48	78.829,44	
Caixa e Equivalente de Caixa	4.143,99	65.865,06	
Caixa	117,50	162,20	
Caixa Matriz	117,50	162,20	
Aplicações Financeiras Líquidez Imediata	14.281,90	65.702,86	
Banco do Brasil S/A	14.281,90	65.702,86	
Outros Créditos	5.130,78	12.964,38	
Tributos a Recuperar/Compensar	13.078,08	12.964,38	
IRRF - Aplicações Financeiras	3.223,45	3.052,12	
Saldo Negativo IRRPJ 2017	9.754,63	9.912,26	
Ativo Não Circulante	281,70	0,00	
Outros Créditos	281,70	0,00	
Despesas Antecipadas	6.281,70	0,00	
Despesas Antecipadas a Apropriar	281,70	0,00	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2020			
	2020	2019	
Receita Líquida	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Despesas Administrativas	(51.210,58)	(61.878,49)	
Despesas com Publicidade de Ordem Legal	(1.176,00)	(2.240,00)	
Taxas Diversas	(1.863,70)	(3.260,00)	
TRE	(3.129,90)	(3.000,72)	
Material de Escritório	-	(1.762,25)	
Assistência Contábil	(38.996,28)	(47.096,28)	
Serviços Prestados por Terceiros	-	(1.200,00)	
Reprogravações	(25,00)	(20,00)	
Aluguel e Cartão	(19,70)	(25,25)	
Despesas com Auditoria Independente	(6.000,00)	(7.999,99)	
Recargas Financeiras	10.144,42	6.099,68	
Juros de Aplicações	1.159,00	5.538,81	
Juros Ativos	288,42	560,87	
Despesas Financeiras	10.000,00	(288,06)	
Variações Monetárias Passivas	(13,37)	(4,42)	
Variações Monetárias Ativas	(9,43)	(39,65)	
COFINs sobre Receitas Financeiras	(57,88)	(243,69)	
COFINs sobre Receitas Financeiras	(49.843,84)	(56.066,87)	
Resultado Operacional	1.447,42	(56.066,87)	
Resultado antes do IRR e CSL	11.493,84	(56.066,87)	
Prejuízo do Exercício	(49.843,84)	(56.066,87)	

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes, sem terem sofrido quaisquer alterações:

- Imóveis em uso edificações 25 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Equipamentos de comunicação 10 anos
- Sistemas de processamento de dados 5 anos
- Sistemas de transporte 5 anos
- Outros componentes 5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

• Redução ao valor recuperável ("impairment")
Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que seu valor recuperável se iguala ao valor recuperável do ativo é determinado.

• Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas corrente ou serviço relacionado seja prestado. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

• Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, quando há evidência objetiva de que uma perda ocorreu ou reconhecida estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja gerado de forma a liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as específicas atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos aplicáveis para o passivo.

• Ajuste de resultado: A Companhia está em fase pré-operacional, portanto a receita operacional apresentada constitui apenas o resultado oriundo nos investimentos em títulos e valores mobiliários. A despesa operacional é formada por despesas administrativas com contabilidade externa e auditoria independente e demais necessárias para o funcionamento da Companhia.

• Imposto de renda e contribuição social: A Companhia não apresentou lucro passível de tributação, porém o Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes deverão ser calculadas com base na legislação tributária vigente nas aliquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000,00 no exercício para imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

• Obrigações tributárias: Refere-se à responsabilidade por recolhimento de impostos e contribuições retidos na fonte pelo pagador e outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de natureza profissional, e impostos retidos à receita de aplicação financeira.

• Determinação do valor justo: As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação por estabelecer qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

PARCER DO CONSELHO FISCAL

Fluxo de Caixa, complementadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório de Administração, sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício. Com fundamento nas análises realizadas, no

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se existe ou não inconsistência com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou seja de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar essa informação. Não temos nada a declarar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em continuar operando, divulgação, quando apropriado, de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, nós exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de registros contábeis, o colapso, fabricação, omissão ou representações falsas e/ou intencionais. • Outros entendimentos dos

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em reais)			
	2020	2019	
Capital Realizado	49.843,84	(56.066,87)	
Capital Autorizado	4.550.000,00	4.550.000,00	
Capital Social	4.550.000,00	4.550.000,00	
Reservas de Lucros	1.936,67	1.936,67	
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.936,67)	(1.936,67)	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(56.066,87)	(56.066,87)	
Lucros ou Prejuízos	(4.475.183,62)	(4.475.183,62)	
Lucros ou Prejuízos	(49.843,84)	(49.843,84)	
Lucros ou Prejuízos	(4.525.027,50)	(24.972,50)	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Atividades Operacionais (49.843,84) (56.066,87)
Resultado do Período (49.843,84) (56.066,87)
Lucro Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro (49.843,84) (56.066,87)
(Aumento) Redução em Contas a Receber e Outros (113,70) (940,89)
Aumento (Redução) em fornecedores (3.999,38) 141,38
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões (2.491,26) 219,34
Caixa Proveniente das Operações (51.465,66) (56.879,72)
Fluxo de Caixa antes dos Itens Extraordinários (1.146,56) (56.879,72)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (51.465,66) (56.879,72)

5. OUTROS CRÉDITOS (2020) (2019)
Despesas Antecipadas (281,70) (0,00)
Juros Ativos (281,70) (0,00)

6. DESPESAS ANTECIPADAS
 Em 14/07/2017 a SPSEC abriu no Banco do Brasil, na Agência 1897-X, a Conta Corrente número 18.872-7. Esta conta nunca foi movimentada por que foi aberta para o recebimento dos repasses da parcela do fluxo de pagamento oriundo do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI a ser securitizada, quando da efetuação da operação a qual ainda não ocorreu. Esta conta encontra-se encerrada por falta de movimentação desde a abertura e deverá ser rendida. Porém, no extrato de 03/12/2019 menciono que há tarifas pendentes de cobrança, no extrato de R\$ 281,70. Este valor está sujeito à cobrança quando ocorrer saldo positivo na conta corrente. Reconhecemos em 2020 como Despesas Antecipadas no Ativo Não Circulante o valor do débito a ser apropriado no resultado do exercício quando da efetiva cobrança por parte da administração financeira.

	2020	2019
Descrição	2020	2019
Outros Créditos	2020	2019
Tributos a Recuperar/Compensar	13.078,08	12.964,38
IRRF - Aplicações Financeiras	3.223,45	3.052,12
Saldo Negativo IRRPJ 2017	9.754,63	9.912,26
Totais	281,70	0,00

	2020	2019
Descrição	2020	2019
Outras Antecipadas	281,70	0,00
Despesas Antecipadas a Apropriar	281,70	0,00
Totais	281,70	0,00

	2020	2019
Descrição	2020	2019
Fornecedores	3.999,38	141,38
Totais	3.999,38	141,38

	2020	2019
Descrição	2020	2019
Obrigações Tributárias	1.01	1,92
Impostos e Contribuições a Recolher	3,97	11,80
Fins a Recolher	4,98	13,72

parecer emitido pela auditoria independente, **Aguiar Feres - Auditores Independentes S/S EPP**, bem como nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria Administrativa Financeira, este Conselho entende

de ofertas públicas de distribuição, mediante a sua realização nos termos da Instrução CVM nº 400, de 2003, e permitida somente aos emissores registrados no CVM, (iii) ao fato de que, ainda que se opte pela realização de distribuição pública com valores resutados, deve-se destacar que investidores relevantes, como alguns fundos de investimento e fundos de pensão, possuem limitações ou até mesmo vedações para a aquisição de debêntures emitidas por sociedades por ações não registradas junto à CVM, (iii) e a visibilidade e a credibilidade conferida à distribuição de debêntures, com maior segurança ao investidor, em vista da divulgação pública de informações sobre a Companhia e a sua supervisão pela CVM. **9.0** Relatório da Administração a parte integrante das demonstrações financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. Desta forma, a Companhia anula seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Os valores estão expressos em R\$ (reais) e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2019, a única transação com Partes Relacionadas realizada pela Companhia foi a assinatura do 3º Aditivo ao Termo de Cooperação Administrativa e Operacional entre a Companhia e a SPDA, em 30/10/19. Não houve nova assinatura do contrato de cooperação entre as partes em 2020.
9.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
9.a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 4.550.000,00 em moeda corrente nacional, representado por 4.550.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. E vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.
9.b) Prejuízo do Exercício: A SPSEC apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 49.843,84.
9.c) Prejuízos Acumulados: A SPSEC possui prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 4.475.183,66.
9.d) Ajuste de exercícios anteriores: A SPSEC não realizou ajuste referente a exercícios anteriores em 2020.
9.e) Reserva legal: Deverá ser constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia não registrou lucro líquido, desta forma, não constitui reserva legal.
9.f) Dividendos: O Estatuto da Companhia autoriza o Conselho de Administração a (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e a distribuição de lucros e dividendos em base nos lucros líquidos apurados, observadas as limitações legais. O Estatuto estabelece também que as ações ordinárias terão direito a dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções admissíveis em lei. Em razão do prejuízo do exercício, a Administração não distribuiu dividendos.
10. RESULTADO FINANCEIRO
 O Resultado Financeiro da Companhia é composto da seguinte forma:

	2020</
--	--------